

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/2010

EMENTA: Institui no âmbito da Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, a modalidade de licitação denominada pregão.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE – PE, consubstanciada no seu Regimento Interno, no artigo 232 e seus parágrafos, submete a apreciação dos vereadores o seguinte Projeto de Resolução:

Art. 1º Fica instituída no âmbito da Administração direta e indireta da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe-PE, a modalidade de licitação denominada pregão, que poderá ser realizada na forma presencial ou eletrônica, de acordo com as condições desta Resolução e as normas gerais expedidas pela União através da Lei Federal 10.520, de 17.07.2002.

Art. 2º A instituição da modalidade de licitação denominada pregão não impedirá a realização pela Câmara de Vereadores das demais modalidades instituídas pelo art. 22 da Lei Federal 8.666, de 21.06.1993, sempre que achar conveniente.

Art.3º Fica aprovado o regulamento para a modalidade de licitação denominado pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe.

Art.4º Compete a Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Vereadores, estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por esta Resolução, para cada poder respectivamente

Art.5º Este regulamento estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de pregão, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimulado.

Art.6º O pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços estritas e lances verbais.

Art.7º Os contratos celebrados pela Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos,

prioritariamente de licitação pública na modalidade pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§ 1º Dependerá de regulamentação específica a utilização de recursos eletrônicos ou de tecnologia da informação – TI, para a realização de licitação na modalidade pregão da forma eletrônica.

§ 2º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, de acordo com o anexo I que é parte integrante desta Resolução.

§ 3º Os bens de informática adquiridos nesta modalidade, deverão observar o disposto no art. 3º da Lei Federal 8.248, de 23.10.1991 e regulamento próprios.

§ 4º Para efeito de comprovação do requisito referido no parágrafo anterior, o produto deverá estar habilitado a usufruir do incentivo de isenção do imposto sobre produtos industrializados – IPI, de que se trata o art. 4º da Lei Federal 8248, de 23.10.1991, nos termos da regulamentação estabelecida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art.8º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da modalidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim, aos princípios correlatos da presteza, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação, objetiva das propostas.

Parágrafo Único. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art.9º. A licitação na modalidade de pregão não se aplica as contratações de obras e serviços de engenharia, bem como, as locações imobiliárias e alienações em geral.

Art.10º. Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização do trabalho.

Art.11º. À autoridade competente, destinada de acordo com as atribuições previstas na lei orgânica do Município no regimento ou estatuto ou órgão ou entidade, cabe:

I – Determinar abertura de licitação;

II – Designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

III – Decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e

IV – Homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Parágrafo único. Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer atribuição ou possuir conhecimento sobre licitações.

Art.12º. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I. A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes, ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devido está refletida no termo de referência;

II. O termo de referencia é o documento que deverá conter os elementos capazes de proporcionar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhada, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suplementos e o prazo de execução do contrato;

III. A autoridade competente ou, por delegação de competência, ordenador de despesas ou, ainda, o agente em carregado da compra no âmbito da administração devera:

a) Definir o objeto do certame e o seu valor estimado em planilhas de forma clara, concisa e objetiva, de acordo com o termo de referencia requisitante, em conjunto com as áreas de compras, obedecidas as especificações praticada no mercado;

b) Justificar a necessidade da aquisição;

c) Estabelecer os critérios da aceitação das propostas, as exigência de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as clausulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para o fornecimento;

d) Designar, entre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e sua equipe de apoio.

- IV. Constarão dos atos a motivação de cada um dos atos especificados do inciso anterior e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados bem como, o orçamento estimativo e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração;
- V. Para julgamento, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos Máximo para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art.13º. As atribuições do pregoeiro incluem:

- I. O credenciamento dos interessados;
- II. O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- III. Abertura dos envelopes das propostas de preços, e o seu exame e classificação dos proponentes;
- IV. A condução dos procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta ou lance de menor preço;
- V. A adjudicação da proposta de menor preço;
- VI. A elaboração de ata;
- VII. A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- VIII. O recebimento, o exame e a decisão sobre os recursos;
- IX. O encaminhamento do processo devidamente instruído após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

Art.14º. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou empregado da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro do órgão ou da entidade promotora do pregão, para prestar a necessária assistência ao pregoeiro.

Art.15º. A Fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observar-se-ão as seguintes regras:

§ 1º. A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos seguintes limites:

- I. Para bens e serviços de valores estimados em até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
 - a) Em jornais de grande circulação local;
 - b) Meio eletrônico, na internet;
- II. Para bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
 - a) No Diário Oficial do Estado;
 - b) Por meio eletrônico, na internet;
 - c) Em jornal de grande circulação local.

§ 2º. No edital e no aviso constará definição precisa, suficiente e clara, do objeto, bem como, a indicação dos locais, dias e horários, em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão e ainda:

- I. Fixará prazo não inferior a oito dias úteis contado da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;
- II. Dia, hora, e local onde será realizada sessão pública e para recebimento das propostas e da documentação de habilitação devendo os interessados ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;
- III. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;
- IV. O pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;
- V. Quando não forem verificadas, no mínimo três propostas escritas de preços, nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até no máximo de

três para que seus autores participem dos seus lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

- VI. Em seguida, será dado início à etapa da apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;
- VII. O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentação de lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;
- VIII. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;
- IX. Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para contratação;
- X. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- XI. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais da administração, assegurado aos já cadastrados por direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;
- XII. Constatado atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;
- XIII. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao

edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

- XIV. Nas situações previstas nos incisos XI, XII, XV, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- XV. A manifestação de intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memórias no prazo de três dias úteis;
- XVI. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;
- XVII. O acolhimento de recursos importará a invalidação apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- XVIII. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;
- XIX. Como condição para celebração de contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;
- XX. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, o observado o disposto nos incs. XIV e XV deste artigo;
- XXI. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente será aplicada a regra estabelecida no inciso XX;
- XXII. O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

Art.16. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Art.17º. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação ou comprovação prevista na legislação geral para a Administração, relativa à:

§1º Habilitação jurídica:

I – Pessoa Natural:

a) Célula de identidade, Registro Comercial, no caso de firma individual.

II – Pessoa Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Contrato Social, e suas alterações, Cartão do CNPJ;

b) Declaração de que não emprega menores, salvo na condição de aprendiz (CF, art.7º, inc. XXXIII).

§2º Qualificação técnica:

I – atestado de Capacidade Técnica e Aptidão;

II – comprovante de registro nos órgãos de classe, quando se tratar de profissão regulamentada;

III – relação da equipe técnica;

IV – relação de equipamentos.

§ 3º Qualificação econômico-financeira:

I – demonstrações contábeis;

II – Certidão Negativa de Pedido de falência ou Concordata.

§ 4º Regularidade Fiscal:

I – Pessoa Natural:

a) CPF, cadastro de contribuinte como autônomo junto ao INSS.

II – Pessoa Jurídica:

a) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal;

b) Certificado de regularidade com o FGTS e Seguridade Social.

§ 5º A documentação exigida deverá ser apresentada em originais ou cópias, constante nas mesmas autenticações: confere com original, assinada pelo membro da Comissão Permanente de Licitação ou certificado de registro cadastral.

Art. 18. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da Administração ou órgão licitante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e nas demais normas legais.

Art. 19º. É vedada a exigência de:

I – garantia de proposta;

II – aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação do certame;

III – pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes ao fornecimento do edital, que não serão superiores ao seu custo público, a aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informática, quando for o caso.

Art.20º. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentações equivalentes, autenticadas pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentados.

Parágrafo único. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente dos seus atos juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Art. 22º. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fatos supervenientes devidamente comprovados pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à anulação do contrato.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art.23º. Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamentos dos encargos, dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

Art. 24º. A Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe publicará, no quadro de avisos ou em jornais de grandes circulação local o extrato dos contratos celebrados, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o servidor responsável à sanção administrativa.

Art. 25º. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados nos respectivos processos cada qual oportunamente, compreendendo sem prejuízo de outros, o seguinte:

- I. Justificativa de contratação;
- II. Termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
- III. Planilhas de custos;
- IV. Garantia de reserva orçamentária, com a indicação de respectivas rubricas, impacto orçamentário e financeiro se for o caso;
- V. Autorização de abertura de licitação;
- VI. Designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VII. Parecer jurídico sobre as minutas de editais dos respectivos contratos quando for o caso;
- VIII. Parecer contábil sobre a modalidade e as reservas orçamentárias, adequação ao PPA, LDO, e LOA;
- IX. Edital de respectivos anexos, quando for o caso;
- X. Minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- XI. Originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruem;
- XII. A ata da seção do pregão contendo sem prejuízo de outros o registro dos licitantes credenciados das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos;
- XIII. Comprovantes da publicação de aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

Art. 26º. Deverá o contrato e a execução financeira ser lançada no Sistema de Auditoria e Informações – AUDIN, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, conforme resolução T.C. Nº 0002/2009.

Art. 27º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2010.

José Fernando Arruda Aragão
Presidente

Ernesto Lázaro Maia
1º Secretário

Deomedes Alves de Brito
2º Secretário